



ATA Nº 1/2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (em substituição), respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Vice-Presidente, Carlos Fernando Frazão Correia. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Carlos Jorge Coelho Neto, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, João Luís Bispo Mota Bogalho, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Deu conhecimento da declaração de renúncia do mandato do Deputado Municipal Gonçalo Filipe dos Santos Montez apresentada a 9 de fevereiro de 2015 e, seguindo os procedimentos previstos no Regimento da Assembleia Municipal chamou o cidadão seguinte na lista do MIC-RM para tomar posse apresentando os documentos de identificação, que leu o texto formal de posse e assinou (anexo 2). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2014 referente à sessão ordinária de 13 de dezembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2014 por maioria dos presentes, com 25 votos a favor, 1 voto contra Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e 4 abstenções



dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, António Manuel da Silva Moreira, Ana Catarina Coelho Pinto e Filipe Vicente Martins (30 presenças). -

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** apresentada por escrito e que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra neste ponto porque, mais uma vez e como já vem sendo hábito, na acta não constam afirmações relevantes, que responsabilizam politicamente quem as proferiu e no contexto em que o fez, motivo pelo qual também já solicitei, por requerimento, o acesso à cópia da gravação da sessão da A.M. de 13.12.2014. -----

----- Por outro lado, não posso aceitar de forma alguma que, e passo a citar, tenha aqui sido dito que, «relativamente à declaração de voto do Deputado Ivan Costa, os factos que refere, em si mesmo são verdadeiros, mas aquilo que diz era inexequível», porque, alegadamente, «a acta da reunião da Comissão Permanente só no dia 27 de Setembro foi assinada. E assinada esta, da mesma foi dado conhecimento a esta Assembleia nesse mesmo dia 27 de Setembro, sendo que, só a partir de então, é que a decisão ou a deliberação da comissão passou a vigorar, ou seja, daí para a frente». -

----- Na verdade, isto não faz qualquer sentido por duas razões: primeiro porque, se a decisão só passou a vigorar daí para a frente, então muito menos existem quaisquer razões para me recusarem o acesso às cópias das gravações das quatro sessões da Assembleia Municipal que foram realizadas muito antes dessa data; e segundo porque existe uma evidente contradição, uma vez que se lê na própria acta da reunião da Comissão Permanente, realizada a 18.09.2014 que, e passo a citar, «e, nada mais havendo a tratar, quando eram 20h45 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar, se lavrou a presente acta a qual, de seguida, e em conformidade, é por todos rubricada e assinada». Portanto, depreende-se, por dedução lógica, que foi rubricada e assinada naquela data, a seguir à reunião (18.09.2014) e não no dia 27 de Setembro, ainda que isto até seja irrelevante para o caso. -----

----- Mais se dirá que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º do RJAL, as actas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das sessões ou reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou. Acrescenta o n.º 4 do mesmo artigo que as deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respectivas actas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores. Assim sendo, não se



percebe como e por que razão, se essa acta só veio a ser alegadamente assinada no dia 27.09.2014, me foram desde logo impostos efeitos jurídicos de uma decisão de um órgão cuja acta não foi assinada na data em que a mesma decisão foi tomada. -----

----- Ora, assim sendo, verificou-se circunstância pela qual fui claramente prejudicado por tal decisão, não só porque me impôs um sacrifício dos meus direitos (ter acesso a documentos administrativos, neste caso sonoros, expressamente previsto no nº 1 do Artigo 11.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto) como, a mesma decisão, só adquiriu eficácia jurídica, alegadamente, após o dia 27.09.2014, proibindo-me o acesso às cópias das gravações das actas com efeitos retroactivos, e proibindo esse acesso também daí para a frente. -----

----- Por outro lado, não posso aceitar que me digam que aquilo que eu disse era inexecutável, uma vez que o pedido de cópias em mp3 dessas gravações é datado de 29 de Agosto de 2014, tendo a Comissão Permanente reunido no dia 18 de Setembro, onde me foi unilateralmente imposta uma proibição, que passou a ter efeitos retroactivos em 27 de Setembro mas que, na realidade, já vinha tendo esses efeitos desde 18.09. 2014, que me foram comunicados por email (enviado a 29.09.2014) exactamente um mês depois da entrada do meu requerimento, desconhecendo eu qual a fundamentação legal de tal decisão, que responsabiliza única e exclusivamente a Comissão Permanente, tanto assim que nem sequer o próprio Regimento desta Assembleia dispõe sobre esta matéria. Ora, segundo o ordenamento jurídico português, as decisões da administração que careçam de suporte legal, são por isso mesmo ilegais. -----

----- Ademais, sempre se dirá que, dispõe o nº 1 do Artigo 14.º da referida Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, e passo a citar, que «a entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento administrativo deve, no prazo de 10 dias: ---

- a) Comunicar a data, local e modo para se efectivar a consulta, se requerida; -----
- b) Emitir a reprodução ou certidão requeridas; -----
- c) Comunicar por escrito as razões da recusa, total ou parcial, do acesso ao documento pretendido, bem como quais as garantias de recurso administrativo e contencioso dessa decisão». -----

----- Ora, nada disto aconteceu nos 10 dias subsequentes à data de entrada do meu requerimento (que ocorreu a 29.08.2014), e nem ao menos a Comissão Permanente expôs à C.A.D.A., dúvidas que eventualmente tivesse sobre a decisão a proferir, conforme até prevê a alínea e) do artigo 14.º da mencionada Lei. -----



----- É pois, claramente evidente, e é esta a interpretação que faço, que o objectivo foi um só: evitar que eu tenha cópias das gravações das sessões da Assembleia Municipal, quer seja das que já se realizaram, quer seja das que hão-de-vir. Ora, eu considero ilegal que me seja vedado o direito de ter uma prova do que aqui é dito, mais a mais quando não tenho votado favoravelmente as actas, por não me rever nelas, considerando que o valor jurídico das actas não reside na sua aprovação pela maioria, mas sim no grau de aproximação e exactidão entre o que é afirmado nesta sala e aquilo que efectivamente consta nas actas por escrito, para então valer juridicamente”. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 3. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Iniciou por justificar a ausência da Presidente da Câmara Municipal por motivos particulares e que será devidamente substituída nesta sessão pelo Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado José Casimiro Fróis Ferreira -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----



----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Iniciou por deixar as condolências, em seu nome e em nome da bancada do PS, à família do cidadão que foi vítima de atropelamento mortal na Estrada Nacional 114, perto da Zona Industrial, salientando que se trata de uma estrada que já devia estar arranjada e requalificada há muito tempo, assunto para o qual têm chamado à atenção repetidamente mas que se continua a arrastar indefinidamente. Acrescentou ainda que entende o PS que a cidade, nesta altura, já devia estar ligada à A15 por uma via rápida com as condições de segurança apropriadas aos automobilistas. Disse esperar que mais um triste caso ocorrido naquela estrada sirva para que os responsáveis e quem de direito ganhem mais consciência da falta de segurança que existe naquele trajeto e que, nesse sentido, proceda a uma célere intervenção para que não voltem a suceder mais tragédias naquela via de circulação que, reforçou, carece de uma estrutura de proteção a peões e a ciclistas que por ali passam por não terem outras alternativas de deslocação. -----

----- Chamou também à atenção para a necessidade de intervenção dos serviços da câmara em alguns bairros e lugares periféricos da cidade no sentido da melhoria das suas estradas e vias de acesso, tais como no Cidral, onde a saída de veículos se faz por uma estrada que está muito degradada e que em nada dignifica o lugar que é já quase um bairro da cidade dada a sua proximidade e extensão, o Bairro Mãe D'Água, onde já se justifica uma intervenção nas vias de acesso pois o alcatrão está pejado de buracos dando um aspecto pouco digno ao local que merece mais atenção, e o ainda no Bairro da Chainça junto às instalações da Progado onde sucede a mesma situação. -----

----- Por último, referiu-se à estrada que liga Figueiredos à Ribeira de Santo André dando conta da necessidade de cuidados pois está a ficar muito esburacada e indicou que há ainda outros casos para além dos apresentados dos quais se irá referir oportunamente. Disse saber que o dinheiro não abunda mas solicitou que, logo que seja possível, as situações enunciadas possam ser alvo de intervenção. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Agradeceu, em nome da Junta de Freguesia de São Sebastião, ao executivo da Câmara Municipal a prontidão com que cedeu o edifício da antiga escola primária



onde funciona já a sede da Banda Filarmónica e a sede do Grupo Dadores de Sangue de São Sebastião contribuindo para o bom funcionamento daquelas entidades e evitando a degradação do edifício pela sua não utilização.-----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Voltou a referir-se à falta de numeração de polícia e disse que enquanto não for resolvida a situação no Pé da Serra e em outras povoações onde ainda não há, irá continuar, na Assembleia Municipal, a reivindicar e a denunciar estas falhas que deviam estar resolvidas há já alguns anos. -----

----- Questionou ainda acerca do problema grave da Estrada Nacional 114, entre a portagem da A15 e o Gato Preto, que, com as chuvas que têm caído, agravou o perigo para quem circula e em particular para os peões, deixando a interrogação se será preciso a morte de alguém importante naquela estrada para que seja garantida a segurança rodoviária das pessoas. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou se já há alguma informação sobre a conclusão das obras da estrada Rio Maior/Alto da Serra que tanto transtorno têm causado. -----

----- Referiu-se novamente aos areeiros junto à estrada de ligação de Rio Maior/Quintas/Arruda/Outeiro, nomeadamente junto à povoação da Azinheira, e informou que esta é uma situação que está a preocupar muito a população, que tem manifestado o seu desagrado, porque veio ao seu conhecimento que neste momento todas as propriedades junto à Azinheira já foram vendidas ao proprietário dos areeiros. Afirmou que embora se compreenda que as situações têm que evoluir há que ter muito cuidado e apurar se existem os licenciamentos necessários e se estão asseguradas as distâncias junto à povoação e à estrada principal, porque se encontram a decorrer movimentações de terras e, por isso, gostaria de saber o que vai realmente acontecer ali. Questionou ainda se os terrenos ditos baldios que são da câmara municipal se ainda pertencem ao município ou se já foram vendidos. -----

----- Perguntou também qual o traçado definitivo da ligação de Rio Maior à Zona Industrial, disse que gostaria de ter conhecimento qual é o traçado exato e em que é que vai realmente proteger a povoação da Azinheira. -----

----- Por fim referiu-se à iniciativa dos presépios de sal nas Marinhas afirmando que concorda com a mesma e com este tipo de iniciativa, mas que há que ter muito



cuidado porque, pelo que lhe foi transmitido, as circunstâncias em que o evento decorreu não foram as melhores porque os locais estavam sempre fechados e a população não aderiu, dando uma imagem, em termos turísticos, muito aquém daquilo que se pretendia, porque, com a divulgação que foi feita, as excursões que ali se deslocaram, chegavam, e não havia possibilidade de visitar presépios e não havia nada, dando uma má imagem do concelho na qual todos ficamos mal. Nesse âmbito perguntou se, sendo as Marinhas do Sal o *ex libris* de Rio Maior, existe algum projeto para o local de forma a evitar os constrangimentos que ali se passam. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou o que poderá a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e o povo de Rio Maior fazer e que tomada de posição mais firme e contendente é que se poderá fazer em relação a uma política que destrói o direito à saúde. Realçou que 50% dos utentes não tinham médico de família e que também agora Alcobertas se encontra na sem médico de família assim como a extensão de São João da Ribeira que servia as freguesias envolventes. Afirmou que os impostos são mais do que alguma vez foram e que estamos perante um retrocesso civilizacional no tempo e nos direitos de mais de quarenta anos. Concluiu dizendo que esta política de acerto de contas com o 25 de Abril quer colocar o país, outra vez, no tempo do fascismo. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou o executivo camarário se existe algum desenvolvimento do processo da candidatura ao Ciclo Urbano da Água, nomeadamente da remodelação da rede de abastecimento de água à Vila da Marmeleira. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por lembrar a celebração a Ruy Belo no dia 27 de fevereiro na qual a Câmara Municipal de Rio Maior e a Junta de Freguesia apresentam o roteiro turístico cultural Ruy Belo e para o qual estão, certamente, convidados todos os membros da Assembleia Municipal. Agradeceu e reconheceu o trabalho desenvolvido pela equipa



liderada pela Vereadora Ana Figueiredo, trabalho esse que todos irão ter oportunidade de conhecer. -----

----- De seguida referiu-se à situação da saúde dizendo que, como é do conhecimento geral, a extensão de saúde de São João da Ribeira, integrada na Unidade de Saúde Familiar (USF) Salinas de Rio Maior, encerrou no passado mês de janeiro. Continuou dizendo que a recente aposentação do Dr. Eduardo Perdigão aliada à falta de médicos, não permite que os quatro médicos que atualmente estão a exercer na USF tenham condições para assegurar o funcionamento da extensão em São João da Ribeira e que, em face disso, a Junta de Freguesia juntamente com a Câmara Municipal reuniu já por diversas vezes com a responsável da USF Salinas de Rio Maior e com a responsável pelo ACES Lezíria, a fim de abordar todas as possibilidades para a resolução deste grave problema. Deu conhecimento que, tendo em conta diversos fatores, foi acordado entre todos que o ficheiro da extensão de saúde, com cerca de mil setecentos e cinquenta utentes, continuasse a ter médico de família e a fazer parte da USF Salinas com a condicionante de que o seu atendimento apenas passa a ser garantido nas instalações da USF em Rio Maior. Disse ainda que segundo informação do ACES foram abertos procedimentos para um concurso extraordinário para colocação de médicos, um deles para Rio Maior, abrindo novamente a possibilidade da reabertura da extensão em São João da Ribeira, estando a situação a ser acompanhada de perto em conjunto com a Câmara Municipal e sempre em contacto com a USF Salinas em Rio Maior e com o ACES no sentido de minimizar os efeitos negativos junto dos utentes. Informou ainda que existe já a funcionar na junta de freguesia um serviço de pedido de receitas e que, em parceria com o centro de dia de São João Batista, serão disponibilizadas consultas particulares a baixo custo que estarão abertas à população em geral, visto tratar-se de uma pessoa amiga que se vai disponibilizar para fazer esse atendimento todas as segundas-feiras durante a tarde e às sextas-feiras durante a manhã. Disse ainda estar a ser estudada a possibilidade de garantir o transporte a pessoas com dificuldades, não só de mobilidade mas também com carências económicas comprovadas, mas sempre com a esperança que o concurso aberto tenha interessados e que não se repita o que já sucedeu anteriormente, voltando a ficar o mesmo deserto. Terminou com um agradecimento e o reconhecimento público ao Dr. Eduardo Perdigão pelos trinta e dois anos de serviço que prestou em São João da Ribeira e também no Centro de Saúde de Rio Maior. -----



----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra devido ao seu conteúdo. -----

----- “Permitam-me uma pequena reflexão acerca da tolerância, fenómeno caracterizado pela rejeição da diferença que se exprime a nível individual e social de várias formas, algumas de extrema violência. Mas a intolerância e a violência são trações profundas da natureza humana que estão na base da sobrevivência e da identidade social dos grupos humanos. Somos herdeiros de um longo processo de seleção onde a sobrevivência dependia da capacidade em reconhecer na diferença uma ameaça que era necessário aniquilar. O nosso ADN tem colocado o conceito do “nós”, os que partilham a mesma realidade, geográfica, social e cultural, os que em conjunto ultrapassam dificuldades, construindo no presente alicerces para um futuro melhor. Depois temos os “outros”, os que ameaçam a nossa realidade, os que pretendem usurpá-la, os que querem tirar partido do nosso esforço e nos querem impor a sua vontade. Esta tem sido e continua a ser a saga da humanidade. A globalização colocou-nos em contacto com grupos humanos historicamente, geográfica e culturalmente separados, testando mais uma vez a nossa capacidade para lidar com a diferença. Ultimamente temos sido confrontados com a expressão mais brutal dos limites dessa incapacidade enquanto manifestações de intolerância. Por honestidade intelectual não adiro ao discurso maniqueísta entre o bem e o mal porque aceito como um facto que todos nós somos intolerantes. O que nos separa é civilizacional, são os valores que estruturam a nossa realidade e que fundamentam a nossa tolerância e intolerância em relação à diferença. No nó da civilização dita ocidental assente numa ideologia positivista, materialista e humanista, elegemos como valor supremo a vida. Para nós a vida é sagrada. Somos absolutamente intolerantes com quem coloca em causa esse valor. Somos confrontados com outras civilizações que têm na palavra divina o seu valor supremo e que também elas são absolutamente intolerantes com quem coloca em causa este valor. Eu, sendo absolutamente ateu, dou graças a Deus por viver numa sociedade que tem como valor supremo a vida e a dignidade do ser humano. A propósito de valores gostaria também de vos falar do nosso regime, designado por democracia representativa, um regime onde elegemos partidos para governarem o país. Ora, os partidos são por definição organizações que têm ideologias, valores e interesses próprios partilhados pelos que neles militam, ou seja,



os nossos. Os outros, por terem ideias diferentes e como tal intoleráveis, têm que ser derrotados. Aqui entra a democracia, um verdadeiro e gigantesco salto civilizacional, regime onde a nossa diferença se exprime de uma forma codificada. Não temos uma vida a aniquilar outra vida pela força física mas sim uma ideia a subjugar outra pela maioria de votos, mas para isso é necessário ir a votos, é necessário ganhar eleições e para ganhar eleições é necessário contar com os eleitores, uma massa anónima de seres humanos que tem que ser persuadida a tomar partido. O problema é que os eleitores, na sua pragmática de vida, estão mais preocupados com os resultados da governação do que com as ideias professadas pelos partidos. Assim e em função desses resultados tanto votam maiorias de esquerda como se convertem em maiorias de direita. Em 2011 por vontade de 2,1 milhões de eleitores foi eleita por maioria absoluta uma coligação que representa cento e quarenta e três mil militantes, o curioso é que estes números são absolutamente sobreponíveis aos das eleições legislativas de 2005, ganhas por maioria absoluta pelo PS. Aqui reside o primeiro desvio do nosso sistema democrático: 2,1 milhões conseguem uma maioria absoluta num país de 9,6 milhões de eleitores com 10,5 milhões de habitantes. Mas por estas razões os eleitores não são de confiar, o partido sim, lá é que estão os nossos, aqueles em quem posso confiar. Que um político não cumpra os seus compromissos perante o eleitor, isso é o nosso novo normal democrático. Que afronte o partido, isso nunca! É blasfémia, excomungue-se o dissidente. Este é o outro desvio do nosso sistema democrático, eufemisticamente dito representativo. Mas este sistema não existe por acaso, sejamos claros, este é um sistema que interessa ao poder instituído, o poder partidário, que assim vem assegurando, desde há quarenta anos, o ciclo de alternância onde os partidos apenas buscam nas eleições a legitimação do seu poder. Eu, sendo absolutamente democrata, espero por uma revolução que mude este regime onde sendo todos iguais, há uns que são muito mais iguais que os outros.” -----

----- **Deputado José Casimiro Fróis Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu-se ao evento organizado pela Câmara Municipal “Carnaval no Rio” que se realizou com o habitual desfile nocturno e remonta a uma tradição já antiga que foi recuperada. Disse que este é já o quinto ano desde que foi retomada e está visto que este evento anima, envolve, dinamiza a vivência dos riomaiorenses, do tecido económico e traz visitantes ao concelho e que, apesar das condições climáticas se



terem demonstrado menos motivadoras, registou-se uma participação e afluência de público que é de assinalar. Enalteceu e agradeceu a criatividade dos participantes e, no sentido de aprimorar as futuras organizações convidou a uma reflexão que poderá passar pelo estudo das formas de promoção e do incremento do número de carros alegóricos e grupos participantes e pela dinamização do curso em si próprio, tornando-o cada vez mais atractivo para o público e participantes através de melhoria da sua fluência, participação, de animação musical, entre outras coisas. Deixou assim uma nota positiva relativa à organização do “Carnaval no Rio” e alguns pontos que podem integrar um plano de progresso e melhoria dos futuros eventos. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por referir que até à data não lhe foram fornecidas as informações solicitadas por escrito nas sessões da Assembleia Municipal de 27 de setembro e 13 de dezembro de 2014 acerca de um processo judicial com o n.º 1085/12 e também a informação pormenorizada, por escrito, quanto à ampliação e reforço da rede de abastecimento de água à Vila da Marmeleira. Disse acreditar que se trata de um lapso e solicitou que a mesma lhe fosse fornecida com a maior celeridade possível. -----

----- De seguida referiu-se a uma situação preocupante que se passa no concelho e que tem a ver com a segurança de pessoas e bens. Disse que se tem vindo a assistir nos últimos tempos a vários episódios de roubos e assaltos espalhados um pouco por todo o concelho gerando um sentimento de insegurança, sendo este um dos elementos mais perniciosos para o bem-estar das populações, porque sem segurança não há qualidade de vida. Disse também que as dificuldades que se têm vindo a acumular com as políticas destes últimos governos, em particular do governo PSD/CDS, e das práticas governativas que levam ao desemprego, à emigração, ao aumento da pobreza indiscriminada, torna as populações cada vez mais vulneráveis, leva as vizinhanças e as relações de proximidade a esvanecer-se e as necessidades de alguns grupos a aumentar. Afirmou que a tipologia de roubos é cada vez mais diversificada, especializada e a realidade é que, especialmente em zonas rurais, as pessoas, em particular os mais idosos, começam a correr perigo de vida. Considera que esta nova situação exige das entidades responsáveis uma diferente forma de ação e a Coligação Democrática Unitária (CDU) na Assembleia Municipal de Rio Maior propõe um novo paradigma para a segurança das pessoas e bens no concelho de Rio Maior assentando o mesmo no princípio de que é sempre melhor prevenir do que



remediar. Considera que todos temos responsabilidades e capacidades para, em conjunto e em parceria, sinalizar, conhecer, prevenir e remediar os possíveis atos de insegurança com a coordenação, ensinamentos e procedimentos de responsabilidade das entidades responsáveis, neste caso a Guarda Nacional Republicana (GNR), e em conjunto com a câmara Municipal, as juntas de freguesia, a vizinhança e demais elementos presentes na comunidade riomaiorense. Informou que para dar substância e concretização a este novo paradigma, a CDU na Assembleia Municipal de Rio Maior está a preparar uma proposta para análise e aprovação para constituição de um Concelho Municipal de Segurança para o Concelho de Rio Maior que em breve será presente a este órgão. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio apenas para questionar o executivo municipal acerca da organização da semana da juventude, designadamente a forma como foram convidadas e integradas as associações de jovens do concelho e de que forma este tipo de atividade promovida pelo executivo poderá funcionar como uma base de formação informal aos jovens do concelho sobre aquilo que é a organização de um evento e, em particular, da semana da juventude. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção referindo-se ao momento que se atravessa e aos tempos que se aproximam ao nível do Conselho da Europa, designadamente às declarações proferidas pelo Presidente da Comissão onde diz que “parece um bocado estúpido eu ter estas declarações, mas não é aceitável o ataque que nós fizemos à dignidade dos gregos, dos portugueses e, algumas vezes, dos irlandeses.” Consequentemente chamou à atenção o quão errados foram os caminhos percorridos nestes últimos quatro anos e que nem é o Partido Socialista (PS) a dizê-lo, nem os partidos no âmbito da política político-partidária, mas sim outras estâncias. Disse haver a necessidade de se apoiar a mudança e de não ficarmos situados no paradigma do imobilismo que levou a que se continuasse num caminho que embora pareça de recuperação, trata-se de uma recuperação que interessa apenas ao capital, uma recuperação que trouxe mais desemprego, mais pobreza e mais ignorância levados aos níveis de há mais de cinco décadas atrás. -----



----- Seguidamente alertou para um problema que pode vir a afetar bastante o concelho de Rio Maior e manifestou desde logo a disponibilidade do PS para trabalhar no sentido de o minimizar, que é o problema de recessão e contenção em Angola. Realçou que estão em Angola mais de dois mil riomaiorenses a trabalhar e que não recebendo salário ou não conseguindo enviar o mesmo para Rio Maior e para as suas famílias irá sem dúvida afetar a economia local que por si já não é muito ativa, especialmente no tempo das interrupções letivas da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

----- Desejou as maiores felicidades ao evento anual das Tasquinhas, evento esse que, em sua opinião, costuma situar Rio Maior na comunicação social por boas razões, felicitando a organização pelo facto de o programa “Portugal em direto”, opção do executivo, ser feito no primeiro domingo o que revela uma estratégia mais adequada do que no último domingo como no ano que passou. Considerou que esta transmissão é, provavelmente, um investimento extraordinariamente rentável para o concelho de Rio Maior em termos de visibilidade e disse não ter dúvidas do retorno da mesma. Acrescentou ainda que gostava que uma parte desse investimento servisse para ajudar as coletividades e para que as mesmas não tivessem que esperar tanto tempo para receber aquilo que devem receber em cada edição. -----

----- Questionou, de seguida, qual é a estratégia do concelho para o Portugal 2020, quais são as rubricas que se quer afetar e quais os programas porque considera que a Câmara Municipal terá que ser, nesta área, a força motora e, em parceria com a Associação Empresarial de Rio Maior, liderar estes processos. Também questionou se existe alguma intenção ou projeto sério para as Salinas porque, subscrivendo as palavras do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes, a pior coisa que se pode fazer é dar má visibilidade. Considerou que enquanto o problema da sazonalidade, associada às próprias salinas, não for resolvido não se pode embarcar em projetos de ecomuseus que não passam de uma placa e que levam a essa má visibilidade e disse temer que os próximos executivos terão que fazer um trabalho de recuperação dessa situação, pese embora o esforço que as associações e os comerciantes, nomeadamente as Aldeias do Sal, têm feito. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que por altura da aprovação do orçamento foi por si mencionada a preocupação de todos os presidentes de junta pelo facto de ainda não



terem sido feitas as transferências para o pagamento dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos e que em face dessa situação tinha havido um acordo de cavalheiros entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia que este pagamento seria feito durante o mês de janeiro. Afirmou que que é com alguma alegria que informa que a Câmara cumpriu com acordado e que durante o mês de janeiro fez todo o pagamento às juntas de freguesia das verbas que estavam em falta. Relembrou ainda o executivo municipal da necessidade urgente de serem contempladas as verbas finais dos acordos de execução e contratos administrativos para o ano de 2015 na 1ª revisão orçamental, dando também conta que em conversas informais é vontade da Câmara que as transferências para as freguesias possam vir a ser feitas em duodécimos e considerou que embora não seja uma prática fácil de implementar permitiria às juntas de freguesia uma mais eficaz gestão de tesouraria, especialmente a partir do meio do ano para a frente. Pediu, por isso, que se tente trilhar esse caminho no sentido de as transferências serem feitas em duodécimos por ser a melhor solução para todos, já que também evitaria que a Câmara Municipal no fim do ano tivesse que fazer um esforço tão grande a nível de tesouraria para compensar aquilo que não foi transferido durante o ano. Agradeceu mais uma vez o cumprimento da palavra dada e desejou que esta boa relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia continue. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Desculpou-se pelo facto de as informações solicitadas não terem ainda sido prestadas à Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, explicou-se que se tratou de um lapso e que os mesmos serão prestados com a maior celeridade possível. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Estrada Nacional 114: Informou que no dia 3 de fevereiro se realizou mais uma reunião com a Estradas de Portugal e com o diretor do distrito de Santarém sobre a situação, houve troca de correspondência ao nível ministerial, e aguarda-se



explicações. Acrescentou ainda que neste momento a última versão do projeto está em fase de conclusão. Lamentou mais um acidente e mais uma morte, esclarecendo no entanto que o acidente que envolveu essa morte se deu entre a rotunda da A15 e o cruzamento para os Figueiredos e não no troço entre a entre a rotunda da A15 e o Gato Preto. -----

----- Pavimentações: Disse que estamos num período de inverno, adverso, e que também a situação orçamental não tem permitido comprar a quantidade de massas que a autarquia desejaria para aplicar por todo o concelho e que se tem tentado resolver as situações mais críticas e mais difíceis. -----

----- Revisão Orçamental: No que respeita à revisão orçamental disse não haver ainda qualquer previsão porque não há qualquer informação relativamente aos fundos comunitários. -----

----- Transferência para as Juntas de Freguesia: Disse que o executivo cumpriu a sua palavra e conseguiu fazer as transferências conforme tinha acordado com as juntas de freguesia. -----

----- Cedências de escolas encerradas e outros equipamentos: Agradeceu as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião e afirmou que tem sido prática habitual do executivo a cedência de edifícios desativados às Juntas de Freguesia, como é o caso das antigas escolas, que por sua vez os cedem a coletividades e grupos da Freguesia. -----

----- Numeração de polícia: Informou que o processo continua a decorrer e que se trata de um trabalho extenso e com alguma complexidade, que existem vários locais onde também tem que ser feito o mesmo trabalho, o que leva a que os desenvolvimentos não sejam tão céleres como seria desejável. -----

----- Saúde: Confirmou a situação exposta pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e salientou que esta situação, infelizmente, é extensível a todo o país e não se circunscreve ao concelho de Rio Maior. Referiu que a Câmara Municipal conseguiu que fossem colocados três médicos cubanos, suporta o alojamento dos três e desejou que outros possam vir para contribuir suavizar esta situação alarmante. -----

----- Ciclo Urbano da Água: Informou que a situação da candidatura ao Ciclo Urbano da Água para a remodelação da rede da Vila da Marmeleira é a mesma, foram prestados alguns esclarecimentos solicitados acerca da mesma e aguarda-se decisão a todo o momento. -----



----- Comemorações Poeta Ruy Belo: Disse que se trata de uma colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e que as comemorações irão dignificar ainda mais o poeta que tem cada vez um maior reconhecimento e que tem levado o nome de Portugal bem longe. -----

----- Carnaval: Agradeceu as palavras sobre este evento e disse que, à partida, não há projetos perfeitos e que qualquer opinião será bem-vinda e ouvida no melhor sentido da colaboração. -----

----- Salinas: Acerca das Salinas informou que chegou a haver um estudo de caracterização e plano de pormenor para aquela área que foi suspenso por decisão do executivo porque se criou algum mau estar com as populações locais, Fonte da Bica, Pé da Serra e Marinhas do Sal, e que neste momento, após a realização de algumas reuniões, está para ser aberto um concurso para a elaboração de uma nova proposta de plano de pormenor para as Salinas e zona envolvente, assim hajam fundos disponíveis para tal. Acrescentou que se está a tentar preparar tudo para uma eventual candidatura diretamente a Bruxelas. -----

----- Criminalidade: Concordou que é uma situação real e informou que já foram, inclusive, realizadas várias reuniões entre o executivo e a GNR local e distrital que transmitiram que fazem o que é possível com os meios que têm, que são manifestamente poucos. -----

----- Portugal 2020 - previsão: Disse que numa primeira abordagem se prevê que as apostas possam ser na regeneração urbana, não só para a cidade de Rio Maior mas também para os núcleos centrais ou históricos das freguesias, no ambiente, para conclusão da rede de saneamento no concelho, na remodelação de alguns pólos escolares, requalificando algumas edificações existentes, no empreendedorismo para beneficiar a economia e a criação de emprego, e finalmente a eficiência energética, com a redução de custos nos consumos de energia. Referiu que, de grosso modo, são estas as áreas pensadas, que com toda a certeza irão contribuir para a riqueza do concelho. Concluiu dizendo que logo que exista uma definição mais concreta do que irá acontecer o assunto será debatido em reunião de Câmara e também na Assembleia Municipal. -----

----- **Vereador João António Lopes Cando** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Esclareceu que esta é a segunda edição da Semana da Juventude e que se irá realizar de 29 de abril a 2 maio, tendo como princípio ser para os jovens e ser feita com jovens, ou seja, os jovens são convidados a participar na organização da semana da juventude e informou que em janeiro foram convidadas todas as associações juvenis do concelho para participarem na organização do evento. Afirmou que a adesão foi quase na totalidade e muitas delas estão, neste momento, a participar ativamente na organização. Disse ainda que o programa está praticamente fechado e que existem atividades que são organizadas pelas associações juvenis que estão a colaborar, e são essencialmente de três tipos: lúdicas, desportivas e de formação em ambiente não formal. Concluiu fazendo uma pequena descrição de algumas das atividades já programadas. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Solicitou que lhe fossem prestados os esclarecimentos já referidos nomeadamente no que respeita à estrada do Alto da Serra, ao traçado da estrada de ligação da Zona Industrial à Azinheira, aos terrenos baldios e a salvaguarda da população da Azinheira em relação aos areeiros. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente à Estrada Nacional 1 disse que, em princípio, na semana seguinte será reaberta ao trânsito provisoriamente para permitir a compactação e que até final de março se prevê a abertura definitiva. -----

----- Quanto aos baldios esclareceu que os terrenos foram vendidos em processo de hasta pública, eram prédios registados a favor da Câmara Municipal, sua propriedade, e não baldios como lhes chamam. -----

----- Relativamente ao evento “Presépios de Sal” disse que na divulgação feita estava claramente dito que a exposição estaria aberta sexta, sábado e domingo e que aqueles que se deslocaram fora desse período não conseguiram fazer a visita. Disse que obviamente que lamenta a situação mas que a disponibilidade para os espaços estarem abertos depende dos particulares. -----

----- Sobre o traçado da estrada de ligação da Zona Industrial à Azinheira disse que o mesmo pode ser consultado por quem o pedir, é público, e foi aprovado nos órgãos competentes. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Afirmou que os terrenos a que se chamou baldios maior parte deles eram de proprietários da Azinheira e que foram doados à Câmara para que esses terrenos



fossem para utilidade pública nomeadamente para as povoações, doados de boa-fé e neste momento se verifica que os terrenos foram vendidos a privados e que em nada beneficiam as populações. Lamentou a situação porque aqueles terrenos foram sempre da Azinheira, muitos deles em nome das pessoas da população e que o seu conhecimento desta situação é profundo porque esteve envolvido na mesma enquanto vereador, dizendo que inclusive na altura não foi feita a estrada exatamente por se tratar de terrenos para utilidade pública e que agora foram vendidos a privados. Disse que irá transmitir esta situação às pessoas da Azinheira, que a desconhecem, e alertou que há que haver mais cuidado porque é uma situação conhecida, que inicialmente até se pensou fazer lá o bairro social mas que por sua intervenção foi para o local onde hoje se encontra exatamente para prevalecer a natureza de utilidade pública conforme vontade das populações e que hoje foram vendidos a privados para areeiros que em nada beneficiam a população. Disse que esta situação ainda será novamente falada porque as coisas não podem ser feitas desta forma onde só o dinheiro importa. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Em função da informação agora prestada, informou a Assembleia, e solicitou que ficasse registado em ata, que irá solicitar o processo de venda em hasta pública e perguntou se o poderiam informar se, dado existir uma associação de compartes à data, se essa associação foi levada em consideração dado existir um contencioso entre o registo dos baldios e a associação de compartes, se essa associação foi informada, se houve contactos ou se não houve contactos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Afirmou que não põe em causa nada daquilo que foi dito mas esclareceu que aquilo que aconteceu quando foi tomada a decisão pelo executivo, os terrenos estavam registados como propriedade do domínio privado da câmara, razão pela qual para o executivo não se tratava de baldios e que como tal não teria que ser consultada a associação de compartes. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação do ROC da sociedade que subscreverá os Relatórios e Pareceres dirigidos ao Município até final do contrato em vigor será o sócio principal, Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833)** -----



----- **Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Orçamento para 2015/Plano de Ação/Grandes Opções do Pano 2015-2018/Mapa de Pessoal 2015** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Relatório Anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 2014** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou esclarecimentos do contrato de avença para a constituição do Gabinete de Comunicação e Imagem constante da listagem dos compromissos plurianuais e que compromete para 2016 apenas setecentos e quarenta e seis euros. Disse ainda que gostaria de saber quais os pressupostos que levaram a um contrato de comunicação e imagem com a pessoa em causa e se a comunicação e imagem da câmara apenas irá custar, no ano de 2016, setecentos e quarenta e seis euros. -----

----- Solicitou também esclarecimentos acerca do processo interno n.º GJCP e da informação sobre os processos de empreitada e disse que gostava de saber, pelo menos, qual o valor contratual deste concurso e de ter conhecimento dos pareceres dos serviços sobre este concurso e ainda que lhe fosse fornecida essa informação. ----

----- Por último chamou à atenção para o documento da dívida a fornecedores dizendo que usualmente costumavam ter acesso à lista dos débitos, que irá pedir por escrito noutra circunstância, referindo que a mesma era há um ano atrás de um milhão oitocentos e sessenta mil euros e que hoje é de dois milhões e sessenta e um mil euros. Em face destes números disse que gostaria de saber como é que a Câmara está a gerir o pagamento a fornecedores já que foi contraído um empréstimo no valor de um milhão de euros para fazer pagamento a fornecedores e um ano depois ainda se deve mais duzentos mil euros do que em fevereiro de 2012. Terminou dizendo que para uma câmara que costuma falar muito de despesismo a radiografia é esta. -----

----- **António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se pronunciar acerca do relatório anual da Comissão de Proteção da Crianças e Jovens (CPCJ) e ao facto de este ser presente à Assembleia para conhecimento permitindo assim que o discuta e tome conhecimento desta



problemática e da situação do relacionamento das crianças e jovens com a própria comissão. Referiu, no entanto, que não obstante a análise atenta que tentou fazer o relatório revelou-se de difícil leitura e impossível de explorar pela apresentação que é feita dos valores, de quadros e de impressões de ecrã da plataforma do Ministério da Justiça e dica demonstrado que são fornecidos dados que não são relevantes para a análise em si e sem qualquer tratamento que permita tirar conclusões e das quais o concelho poderia vir a beneficiar através de eventuais políticas que se viessem a tomar. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Em relação ao Gabinete de Comunicação e Imagem esclareceu que se trata de um contrato para 2015 e 2016 e tratando-se de um compromisso plurianual o valor previsto para o ano de 2016 o indicado no documento, sendo que o valor total dos dois anos será de cerca de doze mil euros. -----

----- Relativamente à informação com a indicação dos concursos esclareceu que tem a ver com uma candidatura que foi feita para a telegestão para a parte norte do concelho que também foi englobada no Ciclo Urbano da Água e o montante ronda os cento e quarenta mil euros. -----

----- Sobre o aumento do valor da dívida a fornecedores esclareceu que este se deve ao facto de coincidir com as obras da 4ª fase da candidatura da rede viária e que, consequentemente, à medida que os empreiteiros foram apresentado as faturas o montante em dívida foi aumentando. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio só para fazer registar com agrado a explicação do Vice-Presidente mas também para deixar claro que a situação do Gabinete de Comunicação e Imagem custou treze mil euros à câmara em dois anos e que devia estar explicito que em 2015 o valor foi de cerca de doze mil euros e em 2016 de cerca de oitocentos euros e acrescentou que isso devia estar claro porque não quer estar de novo em fevereiro de 2016 a aprovar um contrato de compromissos plurianuais de oitocentos euros para 2017 e onze mil euros em 2016. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Fez notar que os documentos apresentados refletem o cumprimento da lei. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para salientar que na Assembleia Municipal se discute política e não leis. -----



----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----

----- Ponto I – Ratificação da decisão tomada pela Comissão Permanente na sua reunião de 18 de Setembro de 2014, onde foi deliberado por unanimidade: -----

----- “ *Requerimento para a disponibilização das gravações, em formato “mp3” das sessões da Assembleia Municipal: considerando que as actas foram aprovadas, e não foi arguida a sua falsidade, recusar essa disponibilização, sem embargo de se reconhecer a todos os membros da Assembleia Municipal o direito a terem acesso às gravações das sessões após a sua realização, em particular, no período que medeia entre o envio do projecto de acta e o término do período para reclamarem da respectiva redacção. Este direito será exercido nas instalações da Câmara Municipal devendo ser enviada recomendação à Câmara Municipal no sentido desta propiciar aos membros da Assembleia que o requererem a audição daquelas gravações, embora sem a possibilidade de as copiarem.*” -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto, conforme documentos disponibilizados, dizendo desde logo que a Mesa deliberou trazer à Assembleia Municipal aquilo que foi deliberado em sede de Comissão Permanente e o que se pretende / propõe é que a Assembleia Municipal ratifique ou não esta deliberação que foi tomada pela unanimidade de todos os agrupamentos políticos com assento na Comissão Permanente. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que não poderia deixar de falar neste ponto tanto mais porque na última Assembleia Municipal era intenção da coligação apresentar uma moção de confiança à Mesa por via destas questões colocadas e até da participação de um deputado municipal feita à CADA, participação essa contra o Presidente da Mesa da Assembleia. No entanto, continuou, e aquando da respetiva Assembleia Municipal o Presidente acabou por falar da intenção de trazer a ratificação a sessão da Assembleia e, como tal, a bancada da coligação acabou por retirar a moção então pensada conforme conversa com os demais líderes das bancadas deste órgão. Afirmou que, no entanto, não pode deixar de confirmar e manifestar ao Presidente da Assembleia, bem como à Mesa o profundo reconhecimento da bancada da Coligação Juntos pelo Futuro (CJF), pela forma pautada, coerente, democrática com que tem



conduzido as assembleias municipais e sente-se na obrigação moral de apresentar a sua solidariedade e confiança nos membros da Mesa desta Assembleia bem assim como aos membros que compõem a Comissão Permanente, da qual fazem parte todas as forças políticas e independentes e considerou que esta demonstração de solidariedade é imprescindível dado as decisões tomadas por esta comissão terem sido alvo de profunda desconsideração por um deputado municipal que recorreu para outras instâncias, nomeadamente para a Comissão Administrativa dos Documentos Administrativos (CADA), de uma decisão tomada por unanimidade pelos membros da Comissão Permanente. Considerou que esta última tem legitimidade para tomar decisões, nomeadamente neste âmbito, e assim o referido deputado municipal desrespeitou até a posição tomada pelo líder da sua bancada que tem permanência naquela comissão. Disse que, com efeito, a decisão unânime de todos os partidos e de todas as forças com representação na Assembleia Municipal representados na Comissão Permanente sobre a disponibilização das cópias das gravações das assembleias municipais a um determinado deputado municipal, foi pura e simplesmente ignorada por este, sendo o Presidente desta Assembleia alvo de queixa pelo próprio deputado junto da CADA. Reconheceu ainda, para além do reconhecimento, solidariedade e confiança à Mesa e à Comissão permanente, que as gravações em causa são um mero documento de suporte à redação da ata pelo funcionário desta casa que está incumbido do mesmo, a quem agradeceu em nome da bancada da CJF a colaboração e o facto das atas virem como têm vindo sem qualquer obstáculo às mesmas e que têm sido aprovadas sem ser posto em causa o seu conteúdo ou a verdade das mesmas. Mais disse que todos têm reconhecido a bondade das atas que têm sido apresentadas à Assembleia e que, tal como estabelece o regimento no seu artigo 67º, e citou, “de cada reunião ou sessão é lavrada a ata que contem um resumo do que de essencial nela se tiver passado”. Afirmou que é precisamente isso que tem sido apresentado e não a transcrição exhaustiva da sessão e que é exatamente esse resumo que tem sido apresentado sem nunca ter sido posta em causa a veracidade do conteúdo das atas. Por fim propôs que após a ratificação seja dado conhecimento à CADA da mesma acompanhada com a respetiva ata desta assembleia e documentação respetiva para que aquela entidade tome o respetivo conhecimento. Indicou o sentido de voto da bancada da CJF como favorável à ratificação da decisão da Comissão Permanente até porque considera que as decisões que ali são tomadas de forma unânime, como foi o caso, ou por maioria,



não são postas em causa, acrescentando que a democracia é isso mesmo, umas vezes ganha-se outras vezes perde-se, mas as ideias, ainda que não sejam as unânimes, quando votadas maioritariamente têm que ser respeitadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor, 3 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins e Ana Catarina Coelho Pinto e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (31 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** apresentada por escrito e que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto contra neste ponto, uma vez que não reconheço competências nem legitimidade à Assembleia Municipal, e muito menos à sua Comissão Permanente, para legislar em matérias que pertencem exclusivamente ao foro do ordenamento jurídico e legal, nem tão pouco constam do Regimento deste órgão quaisquer competências e atribuições que o habilitem a impôr proibições de acesso a cópias de documentos aos membros desta Assembleia, até porque, se tal existisse, seria contrário à própria legislação aplicável ao acesso a documentos da actividade administrativa. Do mesmo modo, não aceito discutir aqui se os registos sonoros são documentos administrativos ou não, porque quem os considera como tal é a própria Lei e não cabe a este órgão desdizer a Lei ou passar por cima dela. Não aceito, igualmente, a politização de um assunto que é exclusivamente jurídico. -----

----- Ao pretender-se impôr regras que a Lei não impõe no acesso a documentos administrativos desta Câmara Municipal, sejam eles em suporte sonoro ou escrito, documentos esses que continuo a não ter em minha posse passados mais de quatro meses da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos se ter pronunciado sobre este assunto, invocando os termos da Lei, considero que os dois órgãos atrás referidos ultrapassaram as suas competências legais. -----

----- Com efeito, a competência legislativa (que neste caso regula os termos do acesso a documentos da administração pública) é um exclusivo da Assembleia da República e do Governo, qualquer que ele seja, não cabendo às autarquias locais nem aos seus órgãos decidir unilateralmente sobre o acesso a tais documentos, substituindo-se ao legislador e colocando obstáculos inaceitáveis que o próprio legislador não coloca. -----

----- Além do mais, considero inqualificável o facto deste assunto ter sido trazido a esta Assembleia, sem que o processo que instruiu o ponto em discussão incluísse a



queixa por mim apresentada à C.A.D.A. e o parecer/resposta emitido pela referida Comissão, que representa a tutela nesta matéria, e que aliás me deu inteira razão. Ora, foram precisamente esses dois documentos, que estiveram na base do pedido de ratificação da decisão da Comissão Permanente que aqui foi hoje apresentado, pelo que os documentos atrás referidos tinham que constar obrigatoriamente da informação distribuída aos membros da Assembleia, para poderem deliberar em consciência, sendo conhecedores da questão aqui em causa na sua globalidade. -----

----- É igualmente inaceitável que entre os documentos fornecidos aos membros desta Assembleia não constem os dois requerimentos que estão na origem da queixa por mim apresentada e à qual foi dada inteira razão. Deste modo, os membros desta Assembleia votaram parcialmente “às cegas”, sem terem um conhecimento preciso e concreto de toda a problemática que está aqui em causa, o que é da exclusiva responsabilidade da Comissão Permanente, da Mesa da Assembleia Municipal e, por extensão, da própria Câmara Municipal, a cujo chefe máximo do serviço cabe garantir o cumprimento escrupuloso do Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- Na verdade, se a situação já era grave com a tomada de posição da Comissão Permanente, pelos motivos acima aduzidos, mais grave ainda acabou agora de se tornar, ao ser ratificada tal decisão por esta Assembleia, pois, a partir deste momento, os membros desta Assembleia que votaram a favor da limitação e da restrição no acesso a documentos administrativos desta câmara, a meu ver em flagrante contravenção e em subtracção de direitos que estão determinados pela própria Lei, passam a ser igualmente co-responsáveis por tal decisão, que para eles foi estendida e atirada pela Comissão Permanente e pela Mesa da Assembleia Municipal, sem que se perceba porquê e com que objectivo. -----

----- Nesta conformidade, e porque o meu único interlocutor nesta matéria é o legislador e, em particular, as instituições da tutela, que aliás me deram inteira razão, e não aceitando de forma alguma qualquer interposição e quaisquer intermediários entre mim e os direitos que a Lei me confere no acesso a documentos, darei entrada de um requerimento na próxima segunda-feira, solicitando a extracção de uma certidão sobre tudo o que foi aqui dito neste ponto que foi levado a votação, bem como com a referência à votação nominal do mesmo, sendo que solicito desde já que a minha declaração de voto seja reproduzida em acta *ipsis verbis*, efeito para o qual a enviarei por email para os serviços de apoio a esta Assembleia, nos devidos trâmites legais, tal



como farei com as declarações de voto relativas à acta anterior e à aprovação dos assuntos em minuta. -----

----- Eu lutei e lutarei sempre, ao longo da minha vida, pela transparência, pela verdade, e pelo direito a usufruir de todos os direitos que um sistema democrático me confere, por forma a garantir que viva sempre em democracia, e por forma a assegurar que possa trabalhar, investigar, questionar e fiscalizar o cumprimento das regras democráticas livremente e, ainda que verificando que outros possam abdicar de tais direitos que lhes cabem, eu, contudo, jamais aceitarei que quem quer que seja se arrogue o direito de me tentar proibir ou restringir esses mesmos direitos que, para mim, são absolutamente sagrados e inegociáveis”. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha declaração de voto prende-se com o facto de eu ter votado a favor e voto a favor porque, para mim, as pessoas nunca se discutem, as pessoas estão acima de discussão, quem se discute são as ideias. Eu, quando estou num grupo, ou confio nas pessoas ou não confio nas pessoas. A deliberação tomada pela Comissão Permanente não me leva a desconfiar das pessoas que fazem parte desta Assembleia e por isso votei a favor. Aqui, só discuto ideias.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstenho-me por achar inapropriado a colocação deste ponto à Assembleia Municipal dado tratar-se apenas de uma questão jurídica de discordância entre o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e a deliberação da Comissão Permanente.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu tentei efetivamente não pedir a palavra e deixar que a Dr.^a Carla Dias fosse, de certa maneira, o porta-voz em nome da Comissão Permanente e daquilo que já havíamos falado na Assembleia anterior mas neste momento não posso deixar passar em branco aquilo que acabou de se passar aqui. Primeiro porque efetivamente nesta assembleia não se discutem pessoas, porque como disse o Professor Moreira isto não é um tribunal é uma assembleia, discute-se política, e discutindo política discutem-se ideias e ao não se discutirem pessoas uma decisão que foi tomada por unanimidade por uma Comissão Permanente deveria ter a respeitabilidade, e merecer a



respeitabilidade, da unanimidade dos líderes dos diversos partidos e dos independentes e das partes que estão na Comissão Permanente, da decisão que foi tomada. Não está aqui só em causa o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, que penso que generalizadamente, todas as pessoas desta Assembleia merece, independentemente da sua cor política, o respeito total pela sua conduta ao longo de todas as assembleias que têm ocorrido, pela sua imparcialidade, pela sua cordialidade, pelo seu comportamento, como pessoa e pela forma como tem conduzido os trabalhos, até pela calma que tem tido. Calma que neste momento eu não tenho. E não tenho porque eu não admito, a ninguém, mas não admito a ninguém que altere o seu tom de voz e que use a intimidação, que foi aquilo que aconteceu neste momento com o deputado que proferiu a sua declaração de voto em primeiro lugar, não admito a ninguém e foi assim que eu entendi, que me intimide na minha qualidade de deputada, e foi isto que eu senti como deputada. Não admito isso a ninguém. Aqui há uma posição de igualdade independentemente da cor partidária, estamos a discutir ideias, discutimo-las, pelo menos a CDU discute-as em boa-fé, como comunista assumo-me e discuto-as em boa-fé e tanto as discuto com a direita como com a esquerda, sempre com boa-fé, como as discuto com aqueles que são de qualquer lado, eu discuto ideias, eu discuto ideias e ao discutir ideias, discuto-as com as pessoas, de boa-fé e sem duvidar das pessoas. Agora não admito intimidações e não admito que me ponham contra a parede, porque a mim quem me põe contra a parede leva logo com um joelho. Por isso atenção à forma como fala com as pessoas que têm a sua educação no lugar, à forma como as pessoas falam nesta Assembleia, ao tom de voz que usam porque nós não estamos na “república das bananas”, estamos numa Assembleia que merece educação, dignidade, respeito e se as pessoas lutam por um Rio Maior melhor começa exatamente por elas próprias. Não me senti bem e também agradeço que fique em ata *ipsis verbis* o que acabei de dizer, porque outra situação destas também me levará a tomar outras medidas porque não me agrada ser encostada à parede, nem o meu grupo parlamentar irá admitir que estas situações se venham a repetir. Aquilo que votei, votei como unanimemente já tinha sido votado e a nossa posição em relação ao Senhor Presidente da Mesa é de total confiança e a nossa posição em relação àquilo que foi decidido é esta: nada foi negado, foi admitido a utilização e a posição de qualquer deputado poder ter acesso às gravações em mp3, portanto, nada foi negado! Isto é uma mentira total e esta Assembleia não decidiu “às cegas”, é outra mentira, portanto estar a dizer que esta



Assembleia decidiu “às cegas” é estar a fazer de palhaços as pessoas que se encontram nesta sala. Eu não sou palhaço! Portanto como não sou palhaço não admito isto e gostaria que os meus colegas aqui presentes tivessem a mesma opinião que eu, porque palhaços estão no circo! Eu não sou palhaço de ninguém!” -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Pediu a palavra para intervir no exercício do direito de defesa e reagir a ofensas à sua honra e consideração, que foi concedida pelos Presidente da Mesa, e que se transcreve na íntegra. -----

----- “Eu não aceito este tipo de intervenção, ninguém aqui intimidou ninguém, eu limitei-me a expressar a minha indignação e o meu tom de voz é o tom de voz apropriado ao momento e não se destinou a faltar ao respeito a quem quer que seja e se alguém se sentiu intimidado e desrespeitado esse não é um problema meu porque efetivamente não desrespeitei ninguém, limitei-me apenas a defender o meu ponto de vista e a expressar a minha clara indignação em relação a esta situação porque esta situação é muito simples, é uma situação do ponto de vista jurídico e acima da Comissão Permanente está a lei, a Comissão Permanente, a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal têm que se sujeitar à lei, que é a mesma lei a que eu me sujeito. Eu não aceito que venham aqui dizer que encostei à parede quem quer que seja porque eu limitei-me apenas a pedir comprovativos, a pedir a extração portanto de certidões do que aqui foi dito sobre esta matéria, porque esta matéria atingiu um nível extremamente grave, no meu ponto de vista, que me levou a ter que apresentar queixas e eu não aceito que me digam que não foram, que nada foi negado porque é falso que não foi negado, eu não tenho a esta data as gravações que eu pedi. Eu não tenho as cópias que eu pedi! Já lá passaram quatro meses desde que entrou a queixa que foi apresentada à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Eu não aceito que me digam que isto é mentira! Não é mentira não, é verdade! É que o problema é que é verdade! Eu quero ter essas gravações porque têm sido aqui ditas coisas extremamente graves que não estão nas atas Senhor Dr.! A Senhora Presidente da Câmara referiu-se aqui há tempos às Salinas como senso um charco, isto não apareceu na ata! A Senhora Presidente da Câmara recentemente numa das Assembleias que aqui aconteceram quando eu estava aqui a falar da delegação de competências nas freguesias vira-se para mim e diz “meta uma queixa” e não tinha metido queixa nenhuma contra a Câmara naquela data Senhor Dr.! Isto não aparece nas atas! É que este é que é o problema! O Dr. Disse na última reunião, na última



sessão da Assembleia Municipal, que não havia aqui nada escondido, esta expressão que não havia nada escondido não consta nas atas, da ata que foi aqui aprovada e por isso é que eu votei contra! É que a questão que se coloca é que eu fico sem provas do que aqui é dito! Porque se não aparece nas atas e se não me são dadas as gravações do que aqui é dito como é que eu me consigo defender? Não consigo! Está a perceber? Portanto eu não aceito esta situação, eu não aceito esta tentativa de se estar aqui a dizer que eu é que sou o mau, o mau, o ordinário que foi apresentar uma queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que não o deveria ter feito! Desculpe lá, eu não nasci ontem nem sou parvo, estão a perceber? Só para terminar a questão que se coloca aqui é a seguinte: o que eu fiz, fiz muito bem, não me arrependo de nada do que fiz e a razão assiste-me a mim e a prova que assiste é que me foi dada razão pelo órgão da tutela. Agora a questão que se coloca é que realmente não há vontade nenhuma de me facultarem provas do que aqui é dito e isso eu já percebi perfeitamente, estão a perceber? É que esta é que é a questão, a questão de fundo é esta, e eu não aceito que se tente aqui inverter as coisas no sentido de confundir tudo porque a questão Senhor Dr. não tem a ver com falta de respeito para consigo, eu tenho muito respeito por si e pelas pessoas que fazem parte desta Assembleia, agora isso não me pode impedir de ter acesso a cópias a que eu tenho acesso e direito de acesso por lei!" -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- "Devo dizer-vos que quando isto foi votado na reunião da Comissão Permanente fui o último a votar e os que aqui estão presentes saberão disso, ou aqueles que fazem parte da Comissão Permanente. Fi-lo em consciência, como em consciência o faço hoje. Eu entendo que as gravações não são um documento administrativo pelo que, e em consequência, não estão sujeitas ao regime legal de acesso a documentos administrativos. A Mesa entendeu, perante a dimensão que este assunto atingiu, trazer o mesmo à deliberação desta Assembleia Municipal. Parti, reconheço, do princípio que aqueles que votaram favoravelmente lá também votariam aqui, o que, efectivamente, não aconteceu, mas esse é um direito que todos temos. Agora quero esclarecer o seguinte: nada disto é pessoal, nem contra o Senhor Ivan, nem contra o Zé, o João, o Francisco ou o Manuel. Para mim é uma questão de princípio. O acesso às gravações não está restringido por esta deliberação. Quem quiser aferir do rigor do projeto da ata tem perfeitas condições para o fazer porque no mesmo dia (ou no dia



seguinte), em que esta deliberação foi tomada na reunião da Comissão Permanente a Câmara recebeu um ofício, assinado por mim, para dar as condições adequadas a quem pedisse para ter acesso às gravações, o que não existe é o direito a ter cópias das mesmas.” -----

----- **Ponto II – Eleição de representante das juntas de freguesia do Concelho de Rio Maior e seu substituto para o XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses** -----

----- Foi apresentada uma única lista candidata pela Coligação Juntos pelo Futuro (anexo 5) designada por lista A. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Disse estar entristecido por saber que não houve uma consensualização de listas entre as várias bancadas, mas que os nomes propostos irão ter a sua confiança. -----

----- Efectuada a votação por sufrágio secreto, recolhidos e escrutinados os votos foi **eleita** para participar e representar as Juntas de Freguesia do Concelho no para o XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses a **Lista A** com 23 votos a favor e 7 votos em branco e 1 voto nulo (anexo 6), constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, Luis Filipe Santana Dias como efetivo e o Presidente da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João, Leandro Manuel Alves Jorge, como seu substituto (31 presenças). -----

----- **Ponto III – Declaração de Interesse Público Municipal em nome de Recoverde – Gestão de Resíduos, Lda.** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que este pedido vem no seguimento da publicação do Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que entrou em vigor no dia 5 de janeiro de 2015, sendo este um direito que assiste a todos os empresários que se encontrem numa das situações definidas na lei e tentarem, desta forma, legalizar as suas atividades. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Relativamente a este assunto lembrou que já em outras situações se pronunciou sobre situações parecidas com esta e afirmou que o que está aqui em causa não é a empresa mas sim a banalização dos reconhecimentos de interesse público municipal. Considera que há que ter algum cuidado com isto porque esta é uma responsabilidade



que, em seu entender, não devia ser só sacada às autarquias porque estas acabam por ser responsabilizadas por muitas coisas pelas quais não têm culpa direta. Disse que analisou os documentos de suporte e afirmou que é claramente evidente que o interesse que existe aqui é privado, de uma empresa privada. Continuou dizendo que acha muito bem que se facilite a vida às empresas porque sem elas não há economia nem produção de riqueza, mas que não concorda com a emissão de documentos por parte das Câmaras Municipais a atestar da importância de empresas para resolver situações irregulares que, em seu entender, deveriam ser solucionadas com recurso a outros instrumentos que não estes atestados, pois isso significa a assunção de responsabilidades que também cabem ao próprio Estado quer enquanto agente ordenador do território e legislador das condições de ocupação desse mesmo território. Disse ainda que a argumentação da existência e da manutenção de postos de trabalho não pode servir sistematicamente para legitimar interesses que não são públicos mas sim exclusivamente privados, acrescentando que por esta ordem de ideias uma empresa unipessoal em que o único trabalhador seja o próprio patrão também tem interesse público municipal, porque também está a criar um posto de trabalho. Referiu ainda que viu no processo referências a lapsos na análise técnica e erros de escalas, incompatibilidades e desconformidades com o Plano Diretor Municipal (PDM), dizendo que nem sequer sabe que versão do PDM está atualmente em vigor nesta câmara, situação a que já se referiu em sessão anterior aquando da problemática de uma pedreira da Parapedra, e recordou que a câmara ainda não teve a delicadeza de me enviar a carta de ordenamento do PDM que pediu a 27 de setembro de 2014. Citou ainda parte do parecer técnico emitido, com o enquadramento da edificação nas classes de espaço e proposta de inviabilização por desconformidade com o PDM. Indicou o sentido de voto contra por não se responsabilizar por esta situação que não lhe parece totalmente esclarecida e que já se arrasta desde longa data tornando-se irreversível pela factualidade da implantação do estabelecimento de instalação verificando-se um conflito entre as proteções da empresa em causa, que até podem ser legítimas, e as normas jurídicas urbanísticas e de ocupação de solo que são aplicáveis a esta situação. Constatou, mais uma vez, a utilização de terrenos para fins diferentes e completamente diversos daqueles a que se destinam ou destinavam originalmente, privilegiando o princípio da desordenação do território sobre o princípio da ordenação do território. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----



----- Iniciou por dizer que a instrução de processos de declaração de interesse público municipal obrigam à apresentação de cerca de uma dezena de documentos e o que lhes foi presente é composto apenas por dois acreditando, no entanto, que a câmara estará em posse dos restantes. Afirmou que esta situação resulta de uma lei recentemente publicada e que visa a regularização de situações deste tipo, situações que trazem à evidência que há um Governo a tentar que algumas situações sejam regularizadas mesmo que violem os princípios e os pareceres das entidades competentes do ambiente e da gestão do território. Disse que no caso concreto a empresa em questão aproveitou a publicação desta lei e que, no próximo ano, se irá assistir a muitos e vários casos idênticos, pelo julga necessário dignificar o estatuto de interesse público municipal pois a sua vulgarização é muito perniciosa para os autarcas que, no fundo, nada têm que ver com esta situação que resulta de uma lei que não é responsabilidade das autarquias. Acrescentou que a empresa em questão cria efetivamente cerca de três dezenas de postos de trabalho, o que tem alguma relevância, mas a definição de estatuto de interesse público municipal não invalida ou substitui quaisquer requisitos necessários, nem licenças, nem um estudo de impacto ambiental ou territorial. Salientou que estas são questões importantes que não devem ser enviadas para as autarquias por um Governo que legisla e depois deixa o ónus para as autarquias. Indicou o sentido de voto como abstenção apenas devido aos postos de trabalho envolvidos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Referiu que grande parte das coisas já foram ditas nas anteriores intervenções e indicou o sentido de voto como abstenção pelo facto de esta não ser uma questão dos postos de trabalho porque, embora perceba a importância das empresas, a criação de postos de trabalho, que já estão criados, não pode ser nunca um motivo para se usar o interesse público, nomeadamente numa empresa que já está em laboração porque a questão é que as empresas, como entidades jurídicas, criam e extinguem postos de trabalho em função das suas necessidades de produção e nesse sentido é bom que isso se regularize, agora o fundamento dos postos de trabalho, demagogicamente usados como criação de interesse público municipal, não convence. Acrescentou que o que convence e é determinante é o facto de não deixar extinguir uma empresa de um cidadão de Rio Maior de capital maioritário, que faz alguma contraponto aos *lobbies* da reciclagem, e que mais vale permitir que trabalhe legalmente do que, a pedido de outros, ela fique impossibilitada de trabalhar. Terminou dizendo que é nesse



sentido que se irão abster para manter a coerência em relação à elevação do interesse público, permitindo assim que a empresa continue a laborar e passe a laborar de forma legal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** (assim artigo 54º do Regimento da Assembleia Municipal), com 12 votos a favor, 16 abstenções do Presidente da Assembleia Municipal e dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Filipe Montez Coelho Madeira, Luis Alberto Santos Tirano Ferreira, Rui Miguel da Costa e Silva, António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço, Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas, Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, Presidente da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor deste ponto como votei outros anteriormente trazidos a esta Assembleia, portanto o critério foi o mesmo. No entanto deixo aqui uma chamada de atenção que nesta empresa a Câmara, junto da mesma, possa proceder a uma chamada de atenção para o seguinte: é uma empresa de resíduos, nomeadamente plástico, e desde o local onde ela está instalada até à povoação da Azinheira são centenas de pedaços de sacos, de papel, de plástico, enfim todo o tipo de resíduos, isto é que é muito importante e deve ser visto, uma vez que estamos a tratar dos sacos de plástico, levam tratamento especial, isto deve ser visto e deve ser chamado à atenção. Caso contrário, em relação aos postos de trabalho e as outras situações, eu não vou inviabilizar, vamos votar a favor.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nesta situação a minha posição foi aprovar e a favor só por um motivo e acho bem que, defendendo a minha geração um bocadinho, seja visto que votei a favor tendo em conta que falei com alguns dos funcionários daquela casa e tendo em conta que estes postos de trabalho são muito importantes para a nossa cidade, não queremos mais gente desempregada, queremos que continue a nossa média de



desempregados, a nível nacional, a ser mais baixa em Rio Maior do que no resto do país, não queremos que haja mais desempregados. Contudo, não penso que seja benéfico que os deputados municipais cheguem aqui hoje aprovelem que algo se torne interesse municipal sem termos qualquer tipo de critério, como não tivemos, e contra mim própria falo porque eu também votei a favor de que fosse aprovado este interesse municipal, contudo não tivemos qualquer tipo de critério a ter em atenção, se seria interesse municipal, aliás não temos, nós chegamos aqui, cada um escolheu a sua opinião, alguns não tiveram opinião e abstiveram-se, contudo não tivemos qualquer tipo de critério para ver se havia aqui interesse municipal ou não e porque é que durante tantos anos não houve qualquer tipo de ação para ver o porquê de ter sido cometida uma ilegalidade durante tantos anos de uma actividade, não houve qualquer tipo de critério neste motivo. Uns não tivemos opinião, outros tivemos, eu votei a favor só por um simples motivo, não pretendo que a minha geração leve como exemplo um conjunto de deputados municipais que aprovaram esta atitude, como todo o jovem em rio maior que possa abrir uma empresa, possa cometer uma ilegalidade, possa estar ilegal durante vários anos que depois vem aqui e nós todos consentimos. Não quero que essa seja minha geração, não quero que Rio maior pense que nós assim somos e que os jovens vieram aqui hoje aprovar algo deste género. Eu aprovei por um só motivo: os postos de trabalho são mais importantes do que a minha opinião pessoal.”

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente este ponto, e esta está longe de ser uma decisão tomada de ânimo leve. Posso confessar-vos que não foi com tal conforto que votei favoravelmente este ponto. Primeiro porque estou em desacordo com a lei porque acho que transfere, como já foi dito por alguns colegas de bancada, que transfere a responsabilidade da decisão para as autarquias de algo que deveria ser ajuizado e decidido por outras estâncias, nomeadamente pela administração central. Depois porque me parece que esta, ou qualquer outra empresa, tem neste momento uma possibilidade com o qual estou em desacordo, a legalização tipo “mata borão”, portanto fechando os olhos às irregularidades que possam ter sido mantidas, mais uma vez digo, por esta ou qualquer outra empresa, durante vários anos, apesar deste reconhecimento de interesse municipal só permitir à nossa câmara municipal legalizar o edificado, portanto, e não a atividade. As obrigações ou a necessidade de cumprimento por parte da atividade desta empresa creio eu que trará mais benefícios



do que prejuízos à nossa população, isto porque para obter as licenças a jusante desta que a nossa câmara poderá fazer, terão que ser cumpridos requisitos, terão que ser cumpridas várias questões que de momento até, desconheço, podem não estar a ser cumpridas e portanto de alguma forma dou aqui um voto de confiança que a legalização que esta câmara poderá fazer a seu jusante poderão ser feitas correcções benéficas para que aquela empresa possa passar a cumprir coisas que eventualmente não esteja a cumprir. Depois também dizer-vos obviamente salientar a importância desta e das outras empresas riomaiorenses do tecido empresarial riomaiorense, felizmente, ao contrário do que era pensado há uns anos temos em Rio Maior empresários tenazes e persistentes e que continuam a lutar diariamente contra uma maré que ao fim e ao cabo permite que, como disse a minha colega Joana, permite que Rio Maior tenha, felizmente, uma taxa de desemprego mais baixa do que se não fosse esta tenacidade dos nossos empresários. Portanto, também na salvaguarda destes postos de trabalho e da criação de riqueza em Rio Maior, votei favoravelmente esta situação. Depois dizer-vos que este é um ramo muito sensível de atividade e por conseguinte me preocupa de sobremaneira que estejamos de alguma forma a abrir um precedente que nos possa dificultar a vida. Mas cá estaremos, creio que mais do que sermos eleitos para trabalharmos com igualdade ou para lidarmos com igualdade, fomos eleitos para decidir com equidade e portanto, nesse sentido, cá estaremos todos, homens e mulheres feitos, para analisar com bons olhos e poder decidir em conformidade com aquilo que nos chegar. Este é sem dúvida um ramo de atividade que pode influenciar negativamente a qualidade de vida dos riomaiorenses, portanto cabe-nos a todos fazermos os possíveis para que isso não aconteça.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me por questões de ordem ética, dado que uma colega que trabalha connosco no escritório tem uma relação profissional com a Recoverde e naturalmente isso me impediria de votar fosse contra, fosse favoravelmente.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Faço minha a declaração de voto apresentada pelo Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, Luis Filipe Santana Dias, e ainda para acrescentar que de facto o que está em causa é a legalização das edificações, já quanto à legalização da atividade económica a mesma é da responsabilidade de outras entidades, entidades



competentes que à Câmara Municipal são completamente alheias. De ressaltar este ponto que a mim me parece extremamente importante porque quanto a outras questões que estão ligadas à própria atividade económica, nomeadamente ambientais, etc., que possam estar advenientes da referida atividade isto é da responsabilidade de outras entidades e não da Câmara Municipal. Por isto, e pelo que o Luis Filipe Santana Dias já referiu, votei favoravelmente fazendo assim minhas as palavras dele. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos pela abstenção pelas razões que já tínhamos dito e portanto em relação à Deputada Joana Tirano, eu penso que o plural dela se deve referir a outras pessoas, não à bancada do Partido Socialista porque nós tivemos um critério, não foi sem critério que votamos isto e as coisas devem comprometer-nos, quem não compromete os deputados do Partido Socialista votaram com critério e gostava de me regozijar pelo facto de, felizmente, fazendo seguimento àquilo que tem sido as posições da generalidade da bancada do Partido Socialista na questão do interesse público estarem os membros desta assembleia mais sensíveis para a responsabilidade que todos temos quando fazemos interesse público. É com muita satisfação que vejo que vai ser mais difícil achar que estão aqui uma cambada de pessoas que podem facilmente e ignorantemente deixar legalizar algumas coisas que temos graves no concelho e que eu temo que quando cá chegarem tenhamos problemas muito sérios.” -----

----- **Ponto IV – Proposta de aditamento ao Contrato Interadministrativo n.º 10/2014 celebrado entre o Município de Rio Maior e a União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz para o ano de 2014** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que foi a pedido da União de Freguesias que se fez esta transferência de verbas. Aproveitou para lembrar e convidar para no próximo dia 27 de fevereiro estarem presentes na Inauguração das Tasquinhas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Questionou se esta alteração foi feita com a concordância da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz. -----



----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Esclareceu que sim, as alterações foram efetuadas por mútuo acordo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, (30 presenças). -----

----- **Ponto V – Renovação de autorização excepcional de abertura de procedimentos concursais** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que a lei permite esta prorrogação no sentido de regularizar as situações dos concursos que estão a decorrer, razão pela qual é pedida esta prorrogação de prazo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Em relação a esta matéria indicou o seu sentido de voto como contra porque desconhecer quais são os requisitos de acesso aos concursos e se os mesmos incluem ou não o módulo tempo de experiência em exercício de funções nesta câmara ou até numa outra instituição. Disse ainda também desconhecer se a estes concursos se candidatou ou foi opositor algum ou alguns funcionários que estejam neste momento a exercer as funções que foram postas a concurso nesta câmara enquanto decorrem os procedimentos concursais e também se o prolongamento do tempo da duração de tais concursos possa vir a beneficiar alguém, no que respeita aos requisitos de admissão, em comparação com outros candidatos externos que não possuam quaisquer vínculos com esta autarquia. Afirmou esta posição por uma questão de defesa do princípio da igualdade de condições de acesso a empregos públicos por todos os cidadãos expressamente previsto na própria Constituição da República Portuguesa. Disse ainda que, no entanto, o motivo principal para votar contra este pedido de autorização é o facto de lhe parece manifestamente exagerado o prazo requerido para concluir apenas quatro concursos públicos. Afirmou que não se entende como é que é possível que concursos autorizados no dia 27 de setembro de 2014 ainda não estejam concluídos quase cinco meses depois e que lhe parece ainda menos razoável ser solicitado à Assembleia que se prolongue esse prazo por mais seis meses, o que fará com que quatro concursos levem um ano inteiro a serem concluídos quando o prazo natural de conclusão dos procedimentos administrativos é de noventa dias em regra, tempo que considera mais do que suficiente para tratar de quatro concursos públicos apenas. -----



----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou se o anúncio de abertura dos concursos já foi colocado e quais são os critérios que o júri entende para classificação destes concursos. Disse que a sua questão vem no seguimento da autorização que foi trazida à Assembleia anterior e daquilo que foi a sua intervenção. Lembrou que nessa altura disse que achava muito bem que houvesse aquisição de trabalhadores mas que não entendiam que houvesse a efetiva necessidade de um nutricionista ou licenciado em nutrição e que haveria, com toda a certeza, outras prioridades. Disse que continuarão a seguir com atenção e a fiscalizar estes concursos e que gostaria de saber quando é que foi feito o caderno de encargos para este concurso e quais foram os critérios do júri para a admissão de candidatos, justificando o pedido por podermos estar perante uma situação que pode ser atentatória à boa-fé se o protelar do prazo vier a alterar a situação do candidato quanto a um dos critérios como, por exemplo, a experiência profissional. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que na altura da abertura dos concursos foram definidos todos os critérios, publicados em Diário da República e durante o período de candidatura quem quis concorrer pode fazê-lo. Disse que esta prorrogação de prazo em nada altera as condições iniciais do concurso e é agora necessária devido ao atraso verificado decorrente das regras do orçamento rectificativo de 2014 e o Orçamento de Estado para 2015 que vieram alterar as regras das despesas com pessoal. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que percebeu explicação mas que nesse caso o concurso poderia ser fechado porque a decisão do júri não tem a ver com a contratação. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Explicou que o concurso foi aberto em 2014 com os critérios e regras definidos e publicados na altura, mas que entretanto com o Orçamento Geral do Estado para 2015 se deram alterações relativamente às despesas com pessoal, e o lapso temporal existente foi para se tentar perceber se com a concretização dos concursos cumpríamos ou não com a lei e as novas regras do orçamento, não havendo ninguém prejudicado nesta situação e mantendo-se sempre os critérios e as candidaturas apresentadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor, 3 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva



Moreira, Filipe Vicente Martins e Ana Catarina Coelho Pinto e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Gostaria de reforçar que votei contra apenas por uma questão de *timing* porque me parece que realmente um ano para fazer quatro concursos, independentemente das justificações que foram apresentadas, é exagerado.” -----

----- **Ponto VI – Proposta de Regulamento da Atividade Maior Mérito – Universidade de Verão** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que este regulamento apresenta lacunas que é necessário esclarecer como por exemplo se é extensível aos alunos do ensino profissional, se a via de ensino referida limita o acesso de outros cursos e se o é, o porquê, qual o valor de cada inscrição, qual o período de duração, onde se vão realizar e quem contactou a Câmara Municipal para o projeto. Interrogou se não será esta uma forma das universidades fazerem face ao seu subfinanciamento crónico e serem as câmaras municipais a subsidiar estas situações. Por último questionou como é que não havendo dinheiro para nada, nem para as coberturas dos centros escolares, há dois ou três mil euros para pagar inscrições deste calibre. Considerou que isto se parece mais com *show-off* do que com eficácia e indicou o sentido de voto como abstenção por não lhe parecer que esta seja uma boa via para ocupação dos tempos livres nem que seja uma via equitativa. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer uma referência ao esforço que o município tem feito no que toca à sua intervenção perante as camadas jovens do concelho. Disse que fez o ensino básico e secundário em Rio Maior e que não existiu, na altura, grande preocupação em auxiliar os jovens nestas escolhas que são tão importantes e difíceis para o seu futuro, seja no seguimento da área científica do 10º ano seja depois no prosseguimento dos estudos no ensino universitário. Lamentou apenas que esta



medida, que considera ótima, não possa, desde já, abranger um maior número de jovens e esclareceu que esta vai permitir que os jovens possam ter experiências das quais ainda não têm conhecimento e que os ajudará a tomar melhores decisões no que se refere aos estudos e ao seu percurso futuro. Disse também que em sua opinião a via do ensino profissional não implica, à partida, o prosseguimento de estudos mas que mesmo assim gostaria de saber se é essa a razão para este ensino não ser abrangido. -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Considerou a iniciativa de muito bom-tom e que é com muito agrado que soube desta iniciativa que em anos anteriores tentou implementar junto das escolas e que foi recusada desde logo. Deu conhecimento que esta iniciativa já acontece um pouco por todo o país há cerca de cinco anos e consiste numa formação informal acerca da vida de estudante e o que se pode esperar dela e também na preparação para a saída para o mercado de trabalho. Por todas estas razões considera este investimento de grande valor e que deveria ter acontecido já há mais tempo. Por fim questionou se esta iniciativa vai ser estendida ao resto das escolas ou se via ser só a Escola Secundária e se quando esta iniciativa foi proposta foi no sentido de termos aqui uma formação informal ou se teve outro qualquer objetivo, que, a seu ver, seja ele qual for é bem-vindo aos jovens de Rio Maior. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se trata de uma experiência piloto após vários contactos de várias universidades no sentido de incentivar este tipo de experiência com os jovens. Deu conhecimento que numa primeira fase é apenas aberto ao ensino secundário e numa segunda fase poderá ser equacionada a abertura ao ensino profissional e a outras escolas. Relativamente à referência feita às coberturas dos centros escolares lembrou que essas não têm problemas de amianto sendo que a única que atualmente tem esse problema é a Escola das Marinhas do Sal. Disse ainda que quando se fala destas iniciativas o importante é a participação ativa dos jovens independentemente de tudo o resto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Paulo Manuel Santos Colaço (30 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 29 votos a favor e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** apresentada por escrito e que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em coerência, voto contra a aprovação dos assuntos em minuta, por considerar que a ratificação correspondente ao Ponto 1 da ordem de trabalhos, aqui aprovada pela maioria dos membros da Assembleia Municipal, impõe aos membros deste órgão uma flagrante violação de Lei, ao vedar o direito de acesso a reproduções documentais previstas na Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto (neste caso em suporte sonoro) do que aqui é dito pelos próprios membros desta Assembleia, impondo «à força» um alegado valor jurídico das actas pelo simples facto das mesmas serem aprovadas pela maioria, quando eu tenho verificado uma sistemática desconformidade entre o que aqui é dito e o que aparece escrito (ou que não aparece) nas actas. Eu não confundo respeito com o direito de acesso a documentos, a que tenho direito por Lei. Por conseguinte, considero extremamente grave o que aqui aconteceu hoje com esta ratificação de uma decisão da Comissão Permanente, que já tinha sido colocada em causa pela própria Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que me deu inteira razão, pelo que entendo que, no limite, a Assembleia Municipal votou contra a própria Lei, o que pode até ser inconstitucional se quisermos ser ainda mais rigorosos, e votou contra a própria ordem jurídica e a favor da supressão de direitos que cabem aos seus próprios membros, os quais optaram por abdicar do usufruto desses mesmos direitos, o que não deixa aliás de ser até algo caricato numa sociedade de base democrática. Ou seja, deram um tiro nos seus próprios pés e nos seus próprios direitos! Como tal e para concluir, considero que, com a ratificação da imposição da proibição de obtenção de cópias de gravações das sessões da Assembleia Municipal, que até são públicas e abertas a todos os cidadãos, assistiu-se hoje aqui a um flagrante atentado contra os princípios da transparência que devem presidir ao acesso de documentos da administração pública, e um atentado contra os próprios princípios do Estado democrático, com uma evidente ofensa à defesa do interesse público que está associada ao Estatuto do Direito de Oposição, lamentando



eu que, quem não parece estar interessado em controlar e fiscalizar a acção governativa da Câmara, pretenda manietar e restringir o trabalho de quem, pelo contrário, o pretende fazer, pelo que os Riomaiores devem retirar as devidas ilações, objectivamente, de tal comportamento. Além do mais, considero absolutamente lamentável que este assunto tenha vindo a esta Assembleia, quando há assuntos muito mais importantes para tratar, em benefício das populações e, como se não bastasse, ainda fui aqui difamado por ter ousado e por me ter atrevido a colocar em causa a Comissão Permanente”. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **A PRIMEIRA SECRETÁRIA:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____